

F — INICIATIVAS AS ESG TALKS TÊM O APOIO DO NOVOBANCO



JOSE CARLOS CARVALHO

A arte de (bem) governar as empresas

A governação costuma ser a parte esquecida da sustentabilidade, mas está na base de toda a atuação das empresas. Foi este o tema da última sessão deste ano das ESG Talks

“**T**odas as pessoas sabem que isto é um tema, mas depois não o executam.” As palavras são de Miguel Pina Martins, CEO da Science4You, num dos debates que encerraram o 2º ciclo das ESG Talks, uma iniciativa do novobanco, organizada pela VISÃO e pela EXAME, em parceria com a PwC e a Nova SBE. O “tema” de que fala Miguel Pina Martins é a *governance* (ou governação), precisamente a última letra da sigla ESG, que tem sido, por vezes, esquecido nas empresas.

Boa *governance* é ter uma estrutura organizacional e de governo robusta, uma gestão profissionalizada e processos de decisão bem definidos, ou seja, um conjunto de regras

que enquadram e orientam a organização, a administração e o controlo das empresas.

Durante a discussão do painel – que contou, além do CEO da Science4You, com António Carlos Rodrigues, CEO do Grupo Casais (do setor da construção), e Pedro Ginjeira do Nascimento, secretário-geral da Associação Business Roundtable Portugal –, falou-se da importância de ter estruturas de gestão e processos de decisão bem definidos, seja nas PME, seja nas empresas de cunho familiar, que enfrentam desafios específicos.

Miguel Pina Martins é da opinião de que, nas PME, “não há uma profissionalização tão grande como deveria existir”. Como é que isso se combate? A resposta do executivo foi lapi-

dar: “Só formando as pessoas.”

Já a experiência de António Carlos Rodrigues, CEO do Grupo Casais, é diferente em termos de contexto, devido ao caráter de empresa familiar. A questão dos modelos de governação ganha ainda mais importância, uma vez que é neles que assentam a divisão e a colaboração entre duas entidades: a empresa e a família que detém o capital e que pode ou não estar na gestão.

A não existência de *governance* é, para Pedro Ginjeira do Nascimento, a “principal razão da falta de produtividade” de algumas empresas. E, por ter sido detetada em vários estudos uma lacuna grande de *governance* nas PME, a associação criou o programa Metamorfose, destinado a estas

empresas de menor dimensão, que podem ter acesso gratuito a ferramentas que ajudam no diagnóstico e a guias e acompanhamento prático no processo de melhoria da *governance*.

O CAMINHO SOCIAL A SER FEITO

O maior problema no caminho para a sustentabilidade não é o clima, mas sim as questões sociais. Quem o diz é Mário Parra da Silva, presidente da United Nations Global Compact Network Portugal.

“A questão social devia estar a ser a grande preocupação do mundo em relação à sustentabilidade e não o clima. Agora que está a decorrer a COP, é importante realçar isso. Se olharmos para o continente africano, vamos ter um crescimento exponencial da população nos próximos anos. Ou há lugares com condições para todas as pessoas no mundo ou vamos ter um problema”, considera.

Paulo Câmara, sócio da Sérvulo & Associados, mostrou-se confiante no futuro e na adaptação das empresas. Mas olha também para o lado meio vazio do copo: “Tem havido uma evolução polarizada nas empresas. Enquanto nas empresas financeiras e cotadas, a evolução é grande, nas PME não se pode dizer o mesmo.”

Já Cláudia Coelho, partner da PwC, lembra que, para muitas empresas, “já não é suficiente montar um negócio só para agradar ao acionista. É preciso cada vez mais pensar em modelos de governança”. “Vamos obrigar as empresas a reestruturar o modelo, as áreas de risco, a formalizar o que, muitas vezes, é feito com base no instinto.”

Paula Franco, bastonária da Ordem dos Contabilistas, manifestou a disponibilidade da classe para ajudar as empresas na transição, mas lembrou: “Quando se diz que o lucro não é o mais importante, também não se pode deixar para trás. Sem ele, não há investimento nesta matéria.”

Rodrigo Tavares

“Greenwashing é uma forma de mentira, um roubo da verdade”

“É uma prática de enganar, involuntária ou deliberadamente, os consumidores e o público em geral, por intermédio da apresentação de informações incorretas sobre as credenciais, a sustentabilidade de um objeto, de um produto ou de uma empresa, com o objetivo de melhorar a reputação e aumentar as vendas.” Foi assim que Rodrigo Tavares, professor catedrático convidado da Nova SBE, definiu o termo, inventado nos anos 80 por um ambientalista norte-americano. Ou, resumindo, “greenwashing é uma forma de mentira, um roubo da verdade”.

O também fundador e presidente do Granito Group sublinhou que o greenwashing está mais próximo de ser a regra do que a exceção. “Há um estudo da União Europeia relativamente recente que diz que 53% das afirmações verdes existentes no mercado europeu são vagas, enganosas ou infundadas. E 40% das informações verdes praticadas no mercado europeu não podem ser comprovadas factualmente. Ou seja, mais de metade das informações verdes que circulam na Europa são falsas ou são vãs.”

Parte do problema é a falta de controlo, que começa logo nas avaliações de sustentabilidade.

“A maior parte das empresas de maior porte em Portugal e em várias geografias é obrigada a publicar um relatório de sustentabilidade, mas 41% das empresas nos EUA, pelo menos, não auditam os relatórios de sustentabilidade. A partir do momento em que uma empresa comunica ao mercado as suas práticas de sustentabilidade e não há um mecanismo de verificação de validação, de corroboração destes dados, significa que o potencial de informação falsa, por mais ética que seja a empresa, é alto.” A questão não é resolvida pelas agências ESG, continua. “Estas agências de rating ESG dão notas de sustentabilidade às empresas, principalmente empresas cotadas e em mercados desenvolvidos. Precisamos destes dados; não há sustentabilidade nem finanças sustentáveis, sem dados de qualidade. Mas nenhuma destas agências de rating é regulada.” Uma das armas para resolver o greenwashing tem sido a litigância, já muito usada nos EUA e que “está a chegar a Portugal”, adianta o professor universitário, o que acaba também por ser uma defesa dos investidores, que dependem de informações fidedignas para saber onde e como investir.



JOSE CARLOS CARVALHO



JOSE CARLOS CARVALHO

João Moreira Rato

“A TAP atropelou todas as regras de ‘corporate governance’”

O episódio que envolveu a saída da ex-administradora Alexandra Reis da TAP é um exemplo da forma “deficiente” como as empresas do Estado lidam com a governança corporativa, garantiu João Moreira Rato, aludindo à informalidade e ao não cumprimento de procedimentos nesse caso. Na sua intervenção, o presidente do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) disse que “há duas áreas” em que vão “tentar estar mais presentes: nas pequenas e médias empresas e no setor empresarial do Estado”, uma vez que são dois setores que estão muito atrasados num cumprimento do código estabelecido.

O Código de Governo das Sociedades foi publicado em 2018. Mais tarde, em 2020, substituiu o Código de Governo da CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. E já neste ano, foi revisto para incorporar novos conceitos ligados à sustentabilidade.

Atualmente, este documento, de 33 páginas, é seguido por quase 40 grandes empresas, com várias recomendações sobre boas práticas de governo societário. Mas, lembra Moreira Rato, não existe uma

medida única em que todas as empresas encaixam. E há um caminho a ser feito para trazer as companhias mais pequenas, com menos meios, para este tema.

Moreira Rato aponta outra área em que as empresas portuguesas, no global, estão um passo atrás face às congéneres europeias: a independência dos membros da administração. “A independência é muito difícil de estabelecer. O País é pequeno, com características sociais próprias, que, na maioria das vezes, não são as melhores para trazer para dentro de uma empresa”, adianta, lembrando os “escândalos antes de 2014” em Portugal, com “vários casos de conflitos de interesse”.

“A evolução destes últimos 20 anos tem sido positiva, o código está a ser bem estabelecido e adotado pelas empresas, mas falta-nos dar o próximo passo nessa questão da independência para podermos ser o melhor da turma”, conclui.

João Moreira Rato trabalhou na banca de investimento, como o Goldman Sachs, o Lehman Brothers e o Morgan Stanley, em Londres. Mais tarde, foi presidente do IGCP, agência que gere a dívida pública. Esteve no Banco CTT enquanto *chairman* até este ano.